

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ

Estudo Técnico Preliminar 72/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.024159/2025-40

2. Descrição da necessidade

Fornecimento e instalação de portões de enrolar automático para reforçar os acessos da Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Em observância a Instrução Normativa nº 216-DG/DPF / 2022, a Doutrina de Inteligência Policial da Polícia Federal e leis superiores, foi instituído o Plano de Segurança Orgânica (PSO), documento cuja finalidade foi reunir o conjunto integrado de procedimentos e normas de segurança, de cumprimento obrigatório no âmbito da PF, com a finalidade de proteger ativos institucionais tangíveis e intangíveis.

Face a necessidade de atender a referenciada Instrução Normativa, foi implementado o Plano de Segurança Orgânica (PSO) da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, com a finalidade de identificar e mensurar os riscos relacionados à segurança da SR/RJ, conforme explicitado no Processo SEI 08462.000350 /2024-26. Ocorre que como resultado do levantamento, foram evidenciadas fragilidades na estrutura físicas do prédio no que concerne ao acesso de viaturas, cujos os portões permitem a visualização do estacionamento e pátio interno, condição que poderá comprometer a segurança Institucional. Ademais o relatório identificou que as portas laterais do hall principal também são pontos frágeis de segurança por serem passeis de violação.

Conforme constante na Portaria nº 4.453/2014-DG/DPF (16056156), de 16 de maio de 2014, a qual aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010 /2022 da Polícia Federal, podem ser relacionados à presente demanda os seguintes Fatores Críticos de Sucesso:

6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

(...) 6.10. Infraestrutura adequada: Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos. No que se refere a Macro Objetivos, a referida demanda também guarda alinhamento ao Plano Estratégico, senão vejamos:

8. MACRO OBJETIVOS

(...) 8.3. Em relação ao público interno: Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar. Finalmente, no que tange aos Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas, a presente demanda se enquadra nos seguintes itens do Planejamento Estratégico:

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...) 9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

(...) 9.7.2. Ação Estratégica: Gestão de Contratos Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED-SELOG-SR-PF-RJ	MARCO ANTONIO DE SÁ RODRIGUES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Duração Inicial do Contrato:

O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

O contrato deverá ter duração inicial de 2 (dois) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o § 1º do art. 111 da Lei nº 14.133/21.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

O serviço deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais/distritais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

- Deverão ser atendidas todas as exigências da NR -35, dentre as quais: planejamento, organização e execução de forma a garantir os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o serviço em altura.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, conforme item 1.7 da NR – 1, Portaria 3214 – 78 e NR18;

A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil. Se houver necessidade, o responsável pelo serviço deverá providenciar as devidas autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, bem como junto ao INEPAC, uma vez que o imóvel foi tombado pelo governo do Estado.

Natureza da Contratação:

O art. 29, parágrafo único. Destaca-se que, de acordo com a Lei 14.133/2021, quando for adotado o critério de julgamento de “menor preço” ou “maior desconto”, haverá duas opções de modalidades de licitação: o pregão ou a concorrência (art. 6º, incisos XXXVIII a XLII). Ambas as modalidades apresentam um rito procedimental comum, de acordo com o caput do art. 29 da Lei citada. A escolha dependerá da natureza do objeto a contratar, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (bens e serviços comuns) (Tribunal de Contas da União, 2023, p. 304).

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL .

Considerando que o objeto a ser contratado não se encontra entre os itens já padronizados, não foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, em suas versões mais recentes, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, em suas versões mais recentes.

Em atendimento ao preconizado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

5. Levantamento de Mercado

Procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme estabelece a Lei 14.133/2021.

Inicialmente, visando o fornecimento e instalações de portas rolos automáticas para entradas da Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro - SR/PF/RJ, foi iniciada a pesquisa através do sistema governamental oficial, chamado Painel de Preços, contudo, durante a pesquisa, foi constatado que os serviços de objetos similares não refletiam as características pretendidas para o objeto, devido as particularidades de segurança operacional em atendimento ao Plano de Segurança Operacional (PSO). Na sequência, conforme orientado na Cartilha Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU, foi realizada análise de contratos semelhantes realizados pela Administração Pública, não sendo evidenciado serviço semelhantes ao necessário para garantir as condições de segurança da SR/PF/RJ. Durante o estudo foi realizada pesquisa em diferentes fontes, dentre as quais o comprasnet, contudo não foi evidenciado especificação similar no portal de pesquisa, o que impossibilita mensurar custo de aquisição das esquadrias, isso se dá, pois embora o produto, porta de enrolar, seja comum no mercado, a especificidade encontra-se em sua solução e dimensões, que estão fora do usual de mercado.

Isto posto, após toda análise, entendeu-se como mais vantajosa a realização de pesquisa formal de preços, junto aos fornecedores locais, de modo a adequar as reais necessidades do escopo pretendido, conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

Durante o estudo inicialmente buscou-se fechamentos na fachada externa do prédio, contudo após submissão do layout ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, foi solicitado outras soluções para não impactar na volumetria da fachada do prédio, que é tombado. Após novos estudos, contemplando outras soluções como fechamento em vidro temperado, basculas, entre outros,

a solução aprovada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, foi a instalação das portas na fachada interna do prédio, com uso de lâmina transvision, conforme solução pormenorizados no Projeto Layout, anexo do termo de referência. As especificações técnicas e demais informações serão tratadas no Termo de Referência e seus anexos.

Os Materiais empregados para as esquadrias seguiram as seguintes especificações:

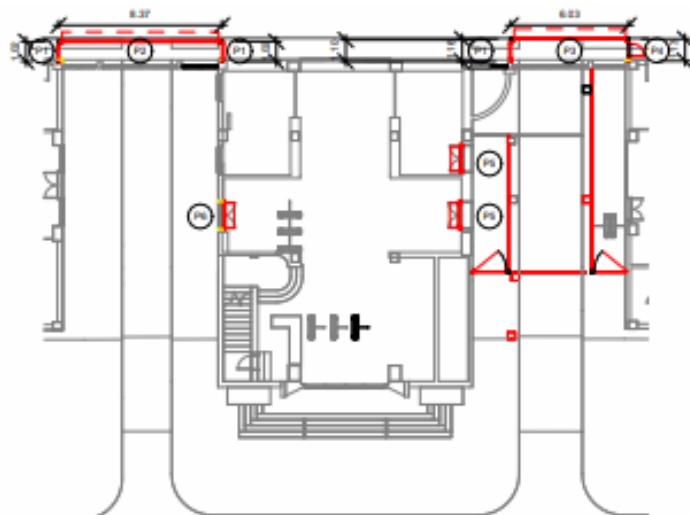
ITEM	COMPOSIÇÕES DO ITEM
1. Porta Automática Lamina Transvision com pintura cor cinza claro	Lamina 20 transvision GALV com pintura eletrostática guia U GALV MOD-120 soleira T Reforçada Borracha para vedação Trava Laminas Abertos com botoeiras Automatizador 800kg nobreak medio fluxo cert. (inmetro) Engrenagem SPEED
2. Porta Automática Lamina fechada com pintura cor preta	Lamina 22 fechado GALV com pintura eletrostática guia U GALV MOD-70 soleira T Reforçada Borracha para vedação Trava Laminas Abertos com botoeiras Automatizador 200kg original cert. (inmetro)

Os fechamentos laterais com lamina transvision com chapa galvanizada #20, terá a guia U galvanizada MOD-70.

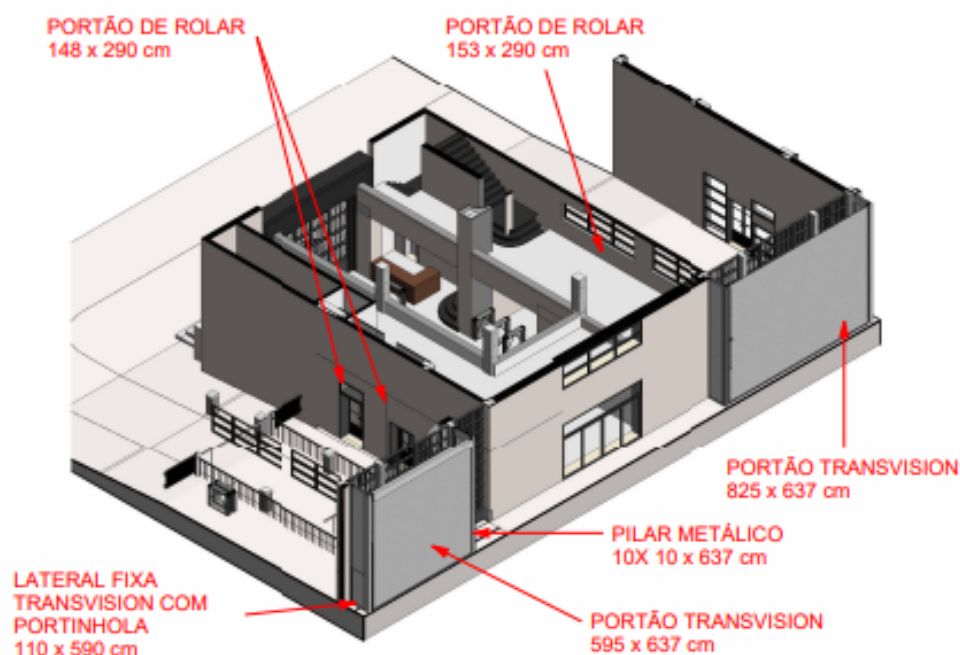
Garantia da instalação e material de 1 ano.

Tabela de porta				
Código	Descrição	Largura	Altura	Quant.
P1	Lateral fixa transvision cor cinza claro	1.100	6.000	3
P2	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	8.250	6.370	1
P3	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	5.950	6.000	1
P4	Lateral fixa transvision cor cinza claro com portinhola de dimensão 70 x 170 cm	1.100	6.000	1
P5	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.480	2.900	2
P6	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.530	2.900	1

Projeto



1 PLANTA BAIXA - CONSTRUIR
ESCALA 1:250



2 PERSPECTIVA PORTÕES
ESCALA 1:200

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Abaixo segue o quantitativo de esquadrias que compõem a aquisição e instalação:

Tabela de porta				
Código	Descrição	Largura	Altura	Quant.
P1	Lateral fixa transvision cor cinza claro	1.100	6.000	3
P2	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	8.250	6.370	1
P3	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	5.950	6.000	1
P4	Lateral fixa transvision cor cinza claro com portinhola de dimensão 70 x 170 cm	1.100	6.000	1
P5	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.480	2.900	2
P6	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.530	2.900	1

No anexo se encontra o projeto SR_PF_RJ-PB-ARQ_ENTRADA-R00, onde mostra as localizações das esquadrias.

Observação: O Pilares metálicos que constam no projeto, serão construído pela CONTRATANTE.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.497,23

A estimativa de preços nos estudos preliminares tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação, podendo ser necessário refinar a estimativa elaborada nesta etapa.

Para estimativa de preços, foi elaborada planilha orçamentária, utilizando-se de composições obtendo a média de preços através de pesquisas de mercado. O valor global estimado é de

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações e o do parcelamento do objeto. No parcelamento do objeto é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrado vem sendo absorvida como a melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço da gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.". Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Ainda nesse ínterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsão de contratação correlata tendo em vista que o processo será executado de forma integral pelo vencedor. Ou seja, o vencedor vai fornecer os materiais, fazer a instalação, fornecer os profissionais para a instalação, bem como toda a estrutura de equipamentos, transporte dos profissionais, frete dos produtos adquiridos e inclusive limpeza dos espaços trabalhados toda e qualquer outra necessidade para a finalização do serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação faz parte do alinhamento estratégico do órgão tendo sido cadastradas nas demandas de obras e serviços previstas para o exercício corrente.

12. Disposições Finais

1. A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pelos serviços da CONTRATADA e do CONTRATANTE, acompanhados do mestre ou encarregado, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados que se julguem necessários.
2. Serão procedidos testes para verificação de todas as instalações, aparelhos, equipamentos e sistemas da edificação, para evitar reclamações futuras. Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA até o limite estabelecido no Edital de Licitação da Obra.
3. Serviços extras com ônus para a CONTRATANTE, somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.
4. Todo e qualquer serviço complementar, visando entregar o prédio em perfeitas condições de utilização, de acordo com legislação municipal e normas da ABNT, deverão ser previstos e executados pela CONTRATADA.
5. A entrega dos serviços não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e legislação correlata).
6. Deverão ser computados no valor dos serviços os custos indiretos como fretes para transporte das peças até a oficina a ser indicada pela CONTRATADA, para realização dos reparos, locação de equipamentos, materiais de segurança e demais providências que se fizerem necessários para realização do serviço;
7. Todos os parafusos, bem como, pinos de fixação, deverão ser de materiais resistente às intempéries marítimas;
8. Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente contratação são economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais, propiciando melhoria no aspecto visual da instituição.

14. Providências a serem Adotadas

Considerando o horário de atendimento ao público das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, a contratada deverá, obrigatoriamente, programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão e verificar junto ao fiscal da licitação, qualquer motivos impeditivos para a execução do serviço. Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;

Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social).

15. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a minimização dos impactos ambientais, decorrentes de obras e outros serviços, a Administração Pública deve aplicar critérios e promover ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos por ela, em atendimento ao art.170 da CF/1988, ao art. 6º da Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 12.187/2009 e ao art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG, e também ao Decreto nº 7746/2012.

Segundo o art. 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes de sustentabilidade, as seguintes ações quando couber, entre outras:

- práticas que gerem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferência pelo uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Nesse ínterim, seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora, quando couber, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- A otimização de recursos materiais;
- A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva.

Ainda, com relação à sustentabilidade na execução de serviços, e em respeito a Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o edital de contratação de serviços deverá prever a adoção, por parte das licitantes, das seguintes práticas, quando couberem:

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº48.138, de 8 de outubro de 2003; Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Promoção da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

- Destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

A licitante deverá, ainda, sem prejuízo das ações anteriores, apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, quando couber, conforme modelo que deverá constar em edital. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA SR/PF/RJ Nº 436, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025

ANDERSON DE SOUZA PASSOS

Membro da comissão de contratação

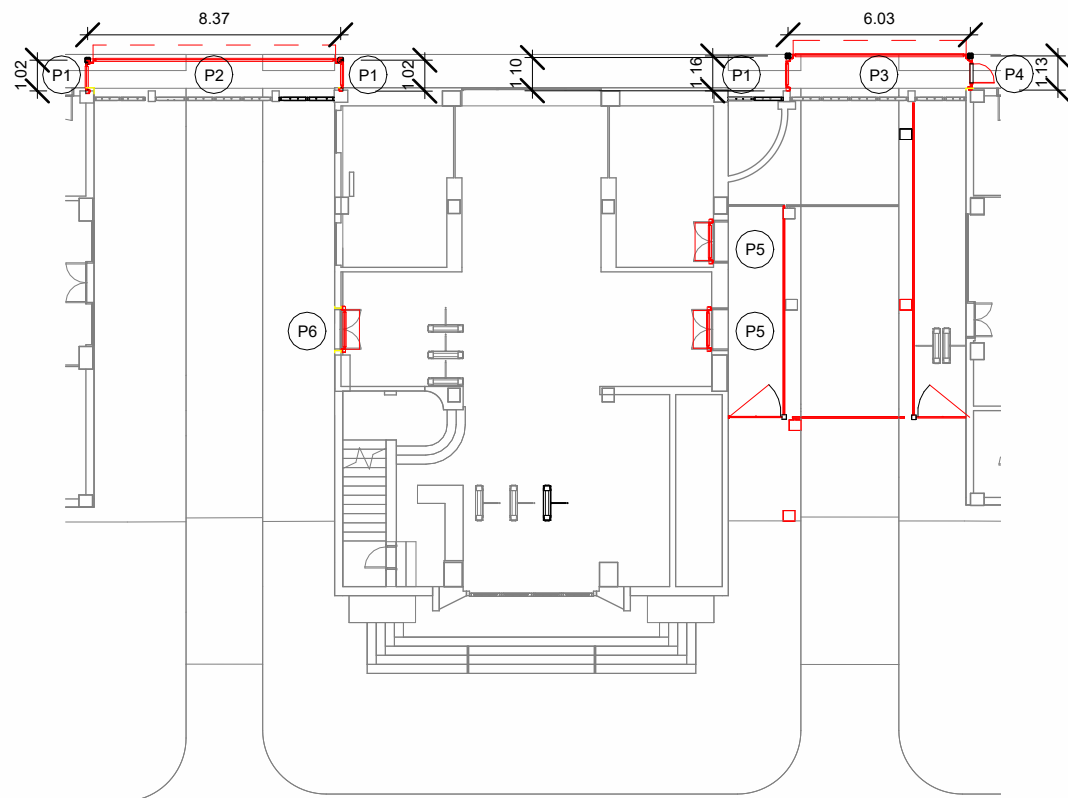


Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 10:53:48.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

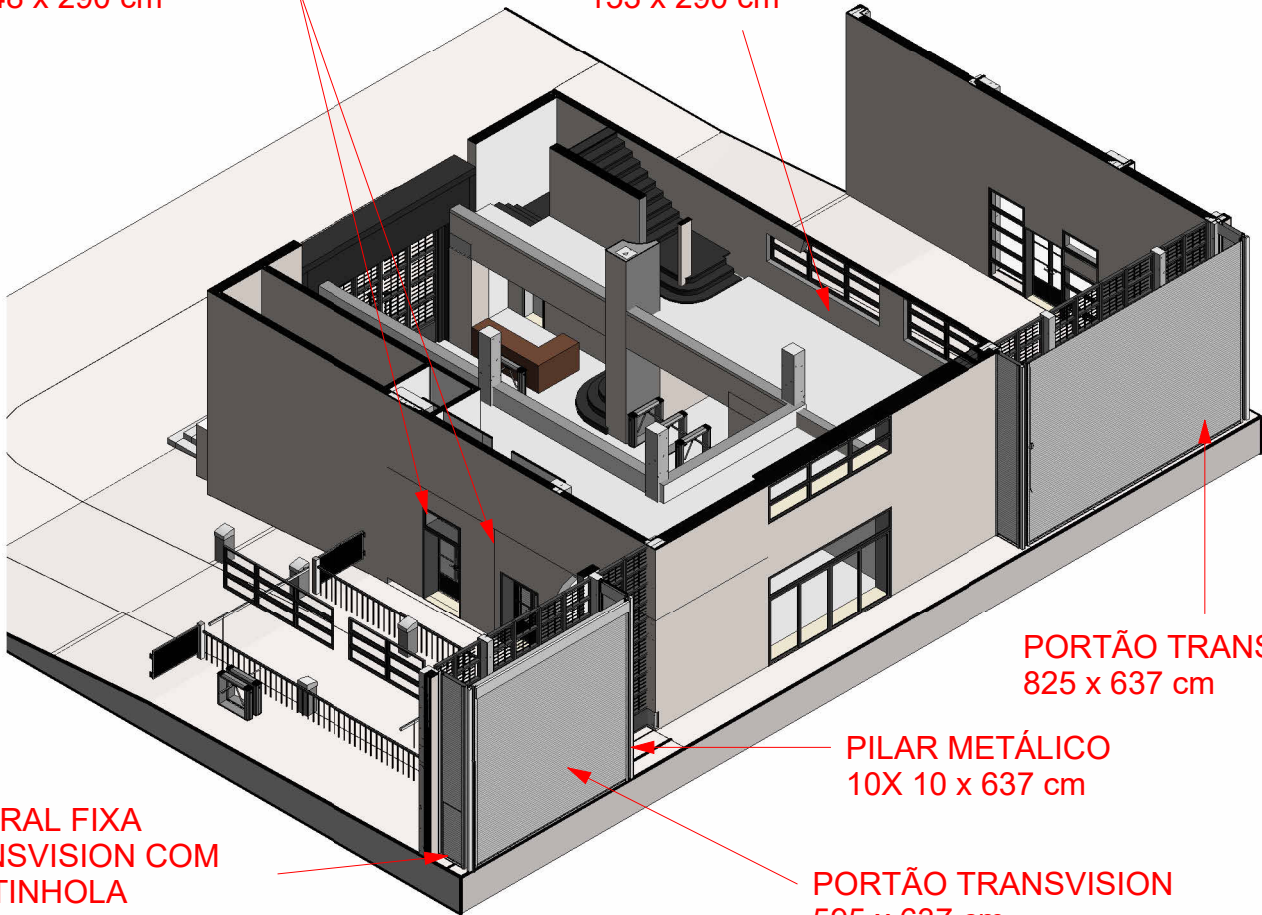
- Anexo I - SR_PF_RJ-PB-ARQ_ENTRADA-R00 (2).pdf (675.13 KB)
- Anexo II - Levantamento de Mercado 1.pdf (719.22 KB)



1 PLANTA BAIXA - CONSTRUIR
ESCALA 1:250

PORTÃO DE ROLAR
148 x 290 cm

PORTÃO DE ROLAR
153 x 290 cm



PORTÃO TRANSVISION
825 x 637 cm

PILAR METÁLICO
10X 10 x 637 cm

PORTÃO TRANSVISION
595 x 637 cm

LATERAL FIXA
TRANSVISION COM
PORTINHOLA
110 x 590 cm

2 PERSPECTIVA PORTÕES
ESCALA 1:200

NOTAS

ITEM	COMPOSIÇÕES DO ITEM
1. Porta Automática Lamina Transvision com pintura cor cinza claro	Lamina 20 transvision GALV com pintura eletrostática guia U GALV MOD-120 soleira T Reforçada Borracha para vedação Trava Laminas Abertos com botoeiras Automatizador 800kg nobreak medio fluxo cert. (inmetro) Engrenagem SPEED
2. Porta Automática Lamina fechada com pintura cor preta	Lamina 22 fechado GALV com pintura eletrostática guia U GALV MOD-70 soleira T Reforçada Borracha para vedação Trava Laminas Abertos com botoeiras Automatizador 200kg original cert. (inmetro)

Tabela de porta

Código	Descrição	Largura	Altura	Quant.
P1	Lateral fixa transvision cor cinza claro	1.100	6.000	3
P2	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	8.250	6.370	1
P3	Portão de enrolar transvision cor cinza claro	5.950	6.000	1
P4	Lateral fixa transvision cor cinza claro com portinhola de dimensão 70 x 170 cm	1.100	6.000	1
P5	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.480	2.900	2
P6	Portão de enrolar de chapa fechada cor preta	1.530	2.900	1




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RJ

REFORMA DOS PORTÕES DA ENTRADA DA SR/PF/RJ

LOCAL: AV. RODRIGUES ALVES, 1	MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO	ESTADO: RIO DE JANEIRO
PROPRIETÁRIO:	AUTOR:	
FÁBIO GALVÃO DA SILVA REGO DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDENTE REGIONAL	MARCO ANTÔNIO DE SÁ RODRIGUES AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL COORDENADOR DO GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/RJ	
PROJETO: PROJETO DE REFORMA	DESENHO: Autor	PRANCHA: 01
REFERÊNCIA: PROPOSTA PORTÃO	DATA: 03/11/2025	
	ESCALA: Como indicado	
	ARQUIVO: SR_PF_RJ-PB-ARQ_TER	

		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL			GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RJ			MJSF - POLÍCIA FEDERAL			
CÓDIGO DO DOCUMENTO								REVISÃO 00		BASE 11/2025	
TÍTULO											
Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada para execução do fornecimento e instalações de portas rolos automáticas para entradas da Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro - SR/PF/RJ											
No guia de "Preços Referenciais em Compras Públicas", disponibilizado pelo TCU, consta indicação do uso da média saneada como método estatístico para o tratamento dos dados coletados pela Administração Pública, quando da estimativa de preços de mercado para fins de licitação.											
"A metodologia mais indicada para tratar os dados coletados é a "Media Saneada" (MS), consistente, primeiro, em apurar o Desvio Padrão (DP), somar à Média (M) para obter o Limite Superior (LS) e subtraído à média, encontrando o Limite Inferior (LI)."											
COMPILAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO											
CÓDIGO		SERVIÇOS						UNID.	QUANT.	CUSTO (R\$)	
01.01	COMP01	Porta Automática LaminaTransvision com pintura cor cinza claro : - Lamina 20 transvision GALV com pintura eletrostática - Guia U GALV MOD-120 soleira T Reforçada - Borracha para vedação - Trava Laminas P1 Lateral fixa transvision cor cinza claro 1.100 x 6.000 - 3 peças Lateral fixa transvision cor cinza claro com portinholade dimensão 70 x 170 cm - 1.100 x 6.000 - 1 peça P4						un	4,00	25.040,54	
01.02	COMP02	Porta Automática LaminaTransvision com pintura cor cinza claro : - Lamina 20 transvision GALV com pintura eletrostática - Guia U GALV MOD-120 soleira T Reforçada - Borracha para vedação - Trava Laminas - Abertos com botoeiras - Automatizador 800kg nobreak medio fluxo cert. (inmetro) - Engrenagem SPEED P2 Portão de enrolar transvision cor cinza claro 8.250 x 6.370 - 1 peça						un	1,00	29.400,00	
01.03	COMP03	Porta Automática LaminaTransvision com pintura cor cinza claro : - Lamina 20 transvision GALV com pintura eletrostática - Guia U GALV MOD-120 soleira T Reforçada - Borracha para vedação - Trava Laminas - Abertos com botoeiras - Automatizador 800kg nobreak medio fluxo cert. (inmetro) - Engrenagem SPEED P3 Portão de enrolar transvision cor cinza claro 5.950 x 6.000 - 1 peça						un	1,00	18.600,14	
01.04	COMP04	Porta Automática Lamina fechada com pintura cor preta: - Lamina 22 fechado GALV com pintura eletrostática - Guia U GALV MOD-70 - Soleira T Reforçada - Borracha para vedação - Trava Laminas - Abertos com botoeiras - Automatizador 200kg original cert. (inmetro) de enrolar de chapa fechada cor preta 1.480 x 2.900 - 2 peças P5 Portão						un	2,00	12.965,25	
01.05	COMP05	Porta Automática Lamina fechada com pintura cor preta: - Lamina 22 fechado GALV com pintura eletrostática - Guia U GALV MOD-70 - Soleira T Reforçada - Borracha para vedação - Trava Laminas - Abertos com botoeiras - Automatizador 200kg original cert. (inmetro) de enrolar de chapa fechada cor preta 1.530 x 2.900 - 1 peça P6 Portão						un	1,00	6.491,30	
								Total	R\$	92497,23	
PESQUISA DE PREÇOS: COMP01								Preço de Venda	Análise	Média Saneada (MS)	
1. TECNO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ: 07.215.926/0001-43								R\$ 4.186,50	Inexequível		
2. IMPERATRIZ PORTAS AUTOMÁTICAS - CNPJ: 26.963.020/0001-51								R\$ 7.067,50	R\$ 7.067,50	6.260,14	
3. ORIGINAL PORTAS - MERCADÃO DAS PORTAS BH SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA - CNPJ: 40139926/0001-87								R\$ 6.525,41	R\$ 6.525,41		
3. ATTO SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 26.503.308/0001-43								R\$ 5.187,50	R\$ 5.187,50		
								Média (M):	5.926,47		
								Desvio Padrão (DP):	1.250,09		
								Limite superior (M + DP):	7.176,56		
								Limite inferior (M - DP):	4.676,38		
PESQUISA DE PREÇOS: COMP02								Preço de Venda	Análise	Média Saneada (MS)	
1. TECNO COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ: 07.215.926/0001-43								R\$ 36.883,47	Exces. Elevada		
2. IMPERATRIZ PORTAS AUTOMÁTICAS - CNPJ: 26.963.020/0001-51								R\$ 29.400,00	R\$ 29.400,00	29.400,00	
3. ORIGINAL PORTAS - MERCADÃO DAS PORTAS BH SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA - CNPJ: 40139926/0001-87								R\$ 24.851,44	Inexequível		
3. ATTO SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 26.503.308/0001-43								R\$ 39.765,33	Exces. Elevada		
								Média (M):	30.378,30		
								Desvio Padrão (DP):	4.960,53		
								Limite superior (M + DP):	35.338,83		
								Limite inferior (M - DP):	25.417,78		
PESQUISA DE PREÇOS: COMP03								Preço de Venda	Análise	Média Saneada (MS)	
1. TECNO COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ: 07.215.926/0001-43								R\$ 25.435,12	Exces. Elevada		
2. IMPERATRIZ PORTAS AUTOMÁTICAS - CNPJ: 26.963.020/0001-51								R\$ 18.900,00	R\$ 18.900,00	18.600,14	
3. ORIGINAL PORTAS - MERCADÃO DAS PORTAS BH SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA - CNPJ: 40139926/0001-87								R\$ 17.125,93	R\$ 17.125,93		
3. ATTO SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 26.503.308/0001-43								R\$ 19.774,48	R\$ 19.774,48		
								Média (M):	20.487,02		
								Desvio Padrão (DP):	3.573,01		
								Limite superior (M + DP):	24.060,03		
								Limite inferior (M - DP):	16.914,00		
PESQUISA DE PREÇOS: COMP04								Preço de Venda	Análise	Média Saneada (MS)	
1. TECNO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ: 07.215.926/0001-43								R\$ 6.916,73	R\$ 6.916,73		
2. IMPERATRIZ PORTAS AUTOMÁTICAS - CNPJ: 26.963.020/0001-51								R\$ 16.980,00	Exces. Elevada	6.482,63	
3. ORIGINAL PORTAS - MERCADÃO DAS PORTAS BH SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA - CNPJ: 40139926/0001-87								R\$ 6.056,55	R\$ 6.056,55		
3. ATTO SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 26.503.308/0001-43								R\$ 6.474,61	R\$ 6.474,61		
								Média (M):	9.984,42		
								Desvio Padrão (DP):	4.959,07		
								Limite superior (M + DP):	14.943,49		
								Limite inferior (M - DP):	5.025,35		

		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RJ	MJSP - POLÍCIA FEDERAL	
CÓDIGO DO DOCUMENTO				REVISÃO 00	BASE 11/2025
TÍTULO Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada para execução do fornecimento e instalações de portas rolos automáticas para entradas da Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro - SR/PF/RJ					
No guia de "Preços Referenciais em Compras Públicas", disponibilizado pelo TCU, consta indicação do uso da média saneada como método estatístico para o tratamento dos dados coletados pela Administração Pública, quando da estimativa de preços de mercado para fins de licitação. <i>"A metodologia mais indicada para tratar os dados coletados é a "Média Saneada" (MS), consistente, primeiro, em apurar o Desvio Padrão (DP), somar à Média (M) para obter o Limite Superior (LS) e subtraída à média, encontrando o Limite Inferior (LI)."</i>					
COMPILAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO					

PESQUISA DE PREÇOS: COMPOS		Preço de Venda	Análise	Média Saneada (MS)
1.	TECNO COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ: 07.215.926/0001-43	R\$ 7.055,22	R\$ 7.055,22	6.491,30
2.	IMPERATRIZ PORTAS AUTOMÁTICAS - CNPJ: 26.963.020/0001-51	R\$ 8.400,00	Exces. Elevada	
3.	ORIGINAL PORTAS - MERCADAO DAS PORTAS BH SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA - CNPJ: 40139926/0001-87	R\$ 6.920,95	R\$ 6.920,95	
3.	ATTO SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 26.503.308/0001-43	R\$ 5.497,73	R\$ 5.497,73	
		Média (M):	7.458,72	
		Desvio Padrão (DP):	667,84	
		Limite superior (M + DP):	8.126,56	
		Limite inferior (M - DP):	6.790,89	